

TERMO DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

Processo administrativo nº: _____

Modalidade de transação: _____

Edital ou ato normativo de referência: _____

1. PARTES

I - ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da **PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, neste ato representada por autoridade competente, doravante denominado **FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL**.

II - CONTRIBUINTE/DEVEDOR:

Nome empresarial / nome completo: _____

CPF/CNPJ: _____

Inscrição estadual: _____

Endereço: _____

Representante legal: _____

CPF: _____

Doravante denominado **DEVEDOR**.**2. FUNDAMENTO LEGAL**

O presente Termo de Transação é celebrado com fundamento:

- na Lei Estadual nº 6.328, de 4 de fevereiro de 2026, que institui a transação tributária;
- na **Portaria nº 182, de 7 de março de 2026**, da PGE (ou **Portaria Conjunta nº 108, de 14 de março de 2026**, da PGE e Sefin);
- nos princípios da eficiência, economicidade e consensualidade administrativa.

3. OBJETO

O presente termo tem por objeto a **resolução consensual de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública Estadual**, mediante concessões recíprocas, nos termos da legislação aplicável.

4. CRÉDITOS ABRANGIDOS

O presente acordo abrange os seguintes créditos:

Item	CDA / Processo	Natureza do crédito	Valor atualizado
1			
2			
3			

Valor total consolidado do crédito:

R\$ _____

Data de consolidação: ____ / ____ / ____

5. CONDIÇÕES DA TRANSAÇÃO

Para fins de composição do litígio, ficam estabelecidas as seguintes condições:

5.1 Descontos concedidos

- () sem desconto
() desconto sobre multa
() desconto sobre juros
() desconto combinado

Percentual de desconto concedido:

Valor total após descontos:

R\$ _____

5.2 Forma de pagamento

O pagamento será realizado na seguinte forma:

- () pagamento integral à vista
() parcelamento

Número de parcelas: _____

Valor estimado das parcelas: _____

Data de vencimento da primeira parcela: _____

5.3 Garantias

() não exigidas

ou

() exigidas, na forma abaixo:

Tipo de garantia:

Valor da garantia:

6. CONFISSÃO DE DÍVIDA

O devedor reconhece e confessa, de forma **irretratável e irrevogável**, os débitos incluídos no presente termo, para todos os fins de direito.

A confissão de dívida não implica reconhecimento de fato gerador diverso daquele constante nos títulos executivos, limitando-se aos créditos incluídos na presente transação.

7. RENÚNCIA E DESISTÊNCIA

O devedor compromete-se a:

I - desistir de ações judiciais, impugnações e recursos administrativos relacionados aos créditos incluídos na transação;

II - renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem tais medidas;

III - comprovar nos autos do processo administrativo a formalização das desistências exigidas.

8. OBRIGAÇÕES DO DEVEDOR

Constituem obrigações do devedor:

I - cumprir integralmente o plano de pagamento;

II - manter atualizados seus dados cadastrais;

III - comunicar eventual alteração relevante em sua situação patrimonial;

IV - não praticar atos que frustrem a satisfação do crédito público.

9. RESCISÃO DA TRANSAÇÃO

A transação poderá ser rescindida nas seguintes hipóteses:

I - inadimplemento das parcelas nos termos previstos na regulamentação;

II - constatação de fraude, simulação ou ocultação patrimonial;

III - descumprimento de obrigações previstas neste termo;

IV - não formalização da desistência das ações judiciais exigidas.

Em caso de rescisão:

· os descontos concedidos serão cancelados;

· o crédito retornará ao valor original atualizado;

· poderão ser retomadas as medidas de cobrança.

10. EFEITOS DA TRANSAÇÃO

A celebração do presente termo:

I - suspende os atos de cobrança relativos aos créditos incluídos, nos termos da regulamentação;

II - não implica novação da dívida, salvo disposição legal em contrário;

III - não impede a cobrança de créditos não abrangidos pela transação.

11. NATUREZA DO INSTRUMENTO

O presente termo constitui **negócio jurídico administrativo de natureza consensual**, regido pela legislação aplicável à transação tributária.

12. PUBLICIDADE E CONTROLE

A celebração da transação observará os princípios da transparência e da publicidade administrativa, respeitados os limites legais relativos ao sigilo fiscal.

O presente termo integra o processo administrativo correspondente e poderá ser submetido a **controle interno e externo**.

13. FORO ADMINISTRATIVO

Para dirimir eventuais controvérsias relativas à execução administrativa deste termo, será competente a Procuradoria-Geral do Estado.

14. LOCAL E DATA

Local: _____

Data: ____ / ____ / ____

15. ASSINATURAS

Pela Fazenda Pública Estadual:

Nome: _____

Cargo: _____

Assinatura: _____

Pelo devedor:

Nome: _____

CPF/CNPJ: _____

Assinatura: _____

Representante legal / advogado (se houver):

Nome: _____

OAB: _____

Assinatura: _____